

**monumento, monumentalidade, valor e poder:
interações com a memória e preservação arquitetônica**

**Tarcisio Dorn de Oliveira
Caryl Eduardo Jovanovich Lopes**

Resumo:

A arquitetura pensada como bem patrimonial passou a ser considerada como um mediador entre passado e presente, uma âncora capaz de dar uma sensação de continuidade em relação ao passado. Pensar arquitetura como patrimônio, de pronto, conceitua-se como o legado, o vestígio tangível herdado e transmitido às futuras gerações. O patrimônio arquitetônico criado pelo Homem tem sua existência física em certo espaço e tempo, onde por diversos motivos, muitos desses bens destroem-se e/ou desaparecem. Entretanto, outros sobrevivem acumulando e evidenciando expressões como monumentalidade, valor e poder. Dessa maneira, a preservação arquitetônica representa para a sociedade atual uma verdadeira necessidade, pois a arquitetura resgata parte do que é o passado permitindo assim possibilidades de se compreender o presente e de ações para o futuro.

Palavras-Chave: Arquitetura. Patrimônio. Preservação.

Abstract:

Architecture conceived as property patrimony came to be considered as a mediator between past and present, an anchor capable of giving a sense of continuity with the past. Thinking architecture as patrimony, suddenly, is conceptualized as the legacy, the tangible trace inherited and transmitted to future generations. The architectural patrimony created by Man has its physical existence in a certain space and time, where for many reasons, many of these goods are destroyed and / or disappear. However, others survive by accumulating and evidencing expressions such as monumentality, value, and power. In this way, architectural preservation represents a real necessity for today's society, since architecture rescues part of the past, thus allowing possibilities for understanding the present and for actions for the future.

Keywords: Architecture. Patrimony. Preservation.

Considerações Iniciais

Fundamentalmente o elemento que define patrimônio é a relação da capacidade de representar simbolicamente uma identidade. Compreendendo os símbolos como um veículo nato de comunicação cultural, a sociedade mantém através destes, um estreito vínculo com o passado, haja visto, que é através desta identidade – passado/presente – que nos diferenciamos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes e que nos discernimos dos demais. Silva (2000, p. 220) observa que através do patrimônio o indivíduo sequestra um pedaço de passado, sob a forma de totens pessoais, em relação aos quais percebe uma vinculação direta com a preservação; seja como um artifício idealizado com

finalidades de identificação no espaço e no tempo ou como elemento de referência.

Conhecer a história da cidade e seu processo constitutivo, conforme salienta Souza (2008) é saber que cada indivíduo faz parte deste processo como ser ativo, é o caminho para a criação de uma identidade, primeiramente para com o seu local, depois regional e finalmente atingir a identidade nacional, onde a preservação do patrimônio arquitetônico envolve uma série de atores sociais e políticos. Nesse sentido, Silva (2000, p. 218) sinaliza ainda que é através da própria dinâmica da existência, que a arquitetura do passado alimenta, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações e assim fluindo a cultura e a preservação da arquitetura existente, pois a arquitetura e a cidade, se transformam em uma extensão do que uma coletividade quer.

A arquitetura e a cidade, na visão de Oliveira, Diniz e Wildner (2017, p. 1) assumem um papel que acaba por contribuir na formação da identidade de um local, na formação de grupos, de categorias sociais e no resgate da memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Canani (2005) afirma que a arquitetura vista como patrimônio está relacionada a um bem que pertence ao paterno, tão valioso que justifica sua herança e preservação, por nela estar incutida a memória e a identidade de quem o deixa e de quem o herda.

Oliveira, Diniz e Wildner (2017, p. 1) corroboram que a arquitetura patrimonial pertence à comunidade que a produziu e que a compõem, onde a consciência em preservar, sem dúvida, contribuirá para que os demais possam usufruir desta herança e, que por meio destes testemunhos do passado, possam compreender o processo de desenvolvimento da identidade desse espaço. Como reforça Silva (2000, p. 218) o patrimônio arquitetônico não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo

significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o patrimônio cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é coletivamente herdado.

Choay (2001), diz que a preservação do patrimônio cultural abrange diversos aspectos daquilo que é considerado monumento histórico, onde no caso dos bens arquitetônicos essa discussão relaciona-se intimamente com uma de suas características intrínsecas, o uso, pois a arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica. Ballar (1997, p. 17) fecha observando que a noção de patrimônio surge quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identificam como um objeto ou um conjunto de objetos.

Conforme afirmam Oliveira, Diniz e Wildner (2017, p. 1) o patrimônio arquitetônico possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação, onde a preocupação em protegê-lo começou no início do século XX, sendo criadas a partir daí várias comissões e conferências para estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. Os autores observam que é através da materialidade, que o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir o seu passado histórico.

Silva (2000, p. 219-220) salienta a história e os seus objetos ganham um valor e um interesse sem precedentes face ao fantasma da ruptura e da desordem provocado pela ausência de valores simbólicos e de identificação, a sociedade reclama, numa explosão de nostalgia, a recuperação do passado. Então, nesse viés, do contexto nostálgico, a preservação e a salvaguarda da arquitetura surge como uma forma de recuperação especialmente eficaz.

Ainda a autora (2000, p. 220) reforça que o patrimônio se converte, nos últimos anos, num verdadeiro culto popular e também, numa etiqueta extraordinariamente extensiva a uma enorme quantidade de elementos e objetos, do individual ao coletivo, do material ao intangível, de um passado mais remoto a um passado mais recente

O presente ensaio teórico¹ metodologicamente opta pela pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Então, a partir dos dados obtidos, realiza-se a análise e a interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão e aprofundamento sobre o tema. Dessa forma, as reflexões propostas a partir dos autores consultados tornam possível avançar no sentido de promover um entendimento sobre monumento, monumentalidade, valor e poder com o intuito de construir interações pelo ato da preservação arquitetônica tendo em vista o fortalecimento com a identidade, a memória e as relações de pertencimento com tais edificações.

Arquitetura como monumento portador de monumentalidade

Mumford (1982), Benevolo (1983) e Rodrigues (2001) observam que a monumentalidade nas cidades raramente é tratada de forma teórico-conceitual. Mesmo sendo um fenômeno universal, presente tanto nas cidades reais quanto nas cidades idealizadas e dos planos não realizados, a monumentalidade em si, como opção por um modelo urbano e como elemento denotador de significados políticos, econômicos e sociais, raras vezes é o escopo de tratamentos teóricos. Lefebvre (1999, p. 46) observa que em toda parte, a monumentalidade se difunde, se irradia, se condensa e se concentra. Um monumento vai além de si próprio, de

¹Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias – Gtec – da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

sua fachada, de seu espaço interno. A monumentalidade pertence a amplitude de um espaço que ultrapassa seus limites materiais.

Le Goff (1985) busca as origens etimológicas dessas duas palavras – monumento e monumentalidade – mostrando as maneiras diferentes como esses termos têm sido utilizados pelos historiadores ao longo do desenvolvimento da ciência histórica. Sobre monumento o autor escreve o seguinte:

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa 'fazer recordar', donde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os actos escritos. Quando Cícero fala dos monumenta hujus ordinis [...], designa os actos comemorativos, quer dizer; os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1985, p. 95).

Rodrigues (2001, p.42) comenta que a monumentalidade se difunde e se concentra nas mais variadas formas, e aqueles que habitam as cidades, especialmente (mas não unicamente) os grandes centros e capitais, com ela convivem e a admiram ou odeiam, por ela são intimidados, e, às vezes, a ela tentam desafiar. Para Choay (2001), o monumento assegura e desafia o tempo, pois é a garantia das origens e a natureza do seu propósito é essencial, não é somente a de apresentar, dar uma informação neutra, e sim a de emocionar, como uma memória viva. O autor reforça que, em relação às obras de arquitetura, monumento, designa um edifício construído para eternizar a lembrança de coisas memoráveis, ou concebido, erguido ou disposto de modo que se torne um fator de embelezamento e de magnificência nas cidades.

Rodrigues (2001, p.42) salienta que a monumentalidade atua na dimensão do simbólico, dando visualidade, representando e valorizando as ideias, ações e concepções daqueles que a utilizam. Ela tem sempre uma razão de ser, a qual pode estar bem explicitada ou não. Assim, a ideia de monumento está mais ligada ao efeito produzido pelo edifício que ao seu fim ou destinação, ajusta-se e aplica-se a todos os tipos de edificações.

Conforme o autor supracitado (2001, p.43) o conceito de monumento configura-se como fundamental e útil para alcançar uma definição e um entendimento maior sobre a monumentalidade. A monumentalidade (categoria abstrata) ao mesmo tempo que é inerente ao monumento (categoria concreta), também o transcende. A monumentalidade mostra-se complexa ao limitar-se à realidade empírica imediata. Se houver uma indagação maior sobre o seu significado na construção do espaço, sua origem e seu papel social na história, a monumentalidade pode até aparecer, mas não é óbvia, estando aí talvez a razão de seu limitado tratamento teórico.

Riegl (1987), também apresenta um conceito amplo de monumento semelhante ao de Le Goff (1985), apesar de suas análises estarem voltadas especificamente para o que chama de o culto moderno dos monumentos, mas em linhas gerais, a valorização dos monumentos como representantes de um período histórico e da arte, cultura e sociedade a ele correspondentes — que começa na Renascença, se afirma no séc. XVIII, e se intensifica no séc. XIX, no ocidente. Para Riegl (1987, p. 35) por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada dentro do fim preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras a lembrança de tal ação ou tal vida (ou as combinações de uma e de outra). Para o autor, todos os tipos de monumentos são dotados de um valor de rememoração, seja ele intencional ou não, e seu maior valor estaria na sua antiguidade, na sua capacidade de resistência à ação do tempo.

Segundo Meneguello (2000) o monumento passa a fazer parte da categoria dos bens culturais, pois, o sentido de monumento passa a ser reportado a algo grandioso (com grandes dimensões) até pequenos casebres, que possuam um valor cultural. Elsen (1975), Alvarez (1991), Tinniswood (1998) vinculam monumentalidade e autoridade ao analisar detalhadamente a simbologia de obras e elementos arquitetônicos diversos (como portas, escadas, janelas e outros), construídos e utilizados em épocas históricas diferentes, mas que apresentam em comum seus valores propagandísticos. Observam que a carga simbólica da arquitetura monumental tem servido como publicidade para o poder de governantes e ideologias dominantes, havendo, assim, uma coordenação para permitir o triunfo da articulação entre a vontade, a forma e seu significado.

Além do exposto acima, com o ensaio de Riegl (1987), houve uma importante contribuição para a definição conceitual da conservação através de inventários. Como esclarece Choay (2001) trata-se da primeira interpretação da conservação dos monumentos de acordo com uma teoria dos valores. Esta análise se estrutura em torno da contraposição entre duas categorias principais de valores associados aos monumentos: os valores memoriais, ligados ao passado e a sua memória, e os valores de contemporaneidade, referentes ao momento presente.

O monumento é, conforme Rodrigues (2001, p.45) um legado à memória coletiva, um legado criado pela mão do homem e por ele edificado para carregar consigo toda uma carga de concepções que o farão símbolo de uma mensagem que quis ser passada, de um aviso ou de uma instrução que se desejou transmitir. A categoria concreta, empírica do monumento não se limita, então, ao objeto, uma vez que ele leva uma carga simbólica, abstrata — sua monumentalidade —, a qual tem por função trabalhar sobre o imaginário social. Os avisos instrutivos simbolizados no monumento, por sua vez, são ditos através de um monólogo: o

monólogo do poder.

Conforme a autora (2001, p. 45) erigido como símbolo transmissor de ideologias dominantes na história das sociedades, o monumento, como poder transmutado sobretudo pela arquitetura, a única resposta que se espera deve vir sob a forma de respeito, admiração e até mesmo medo. A arquitetura encerra em si uma monumentalidade, a qual, por sua vez, é transcendente, pois ela não é só mais um objeto presente no espaço urbano; ela é ideia, concepção, crença: objetivo simbolizado em objeto-símbolo, mas capaz de viajar no imaginário.

Arquitetura possuidora de valor e poder e instigadora da memória

Rodrigues (2001, p. 44) afirma que toda obra arquitetônica serve de testemunho do poder. Poder esse que deseja ser legado à memória coletiva a fim de tentar perpetuar-se, fazendo recordar às gerações futuras de sua existência, e, mais que isso, avisando e instruindo sobre sua força. Riegl (1987) aponta que os valores são vistos em detalhe, como forma de identificar as diferentes atitudes de preservação possíveis. No que tange os valores ligados ao passado ou valores de rememoração, o autor define:

- a) Valor rememorativo intencional: relacionado ao monumento intencionalmente construído com função memorialística;
- b) Valor histórico: ligado à história em seus vários ramos;
- c) Valor de antiguidade: que representa, simplesmente, o gosto por tudo àquilo que seja antigo.

Wieczorek (1984) observa que diferentemente do caráter elitista do valor histórico e do valor artístico relativo, o valor de antiguidade atinge também às massas. Ou seja, que não resulta de interpretações artísticas ou históricas, mas que é adquirido pela sobrevivência de um objeto a passagem do tempo, resultando marcas dessa passagem que transformam esse sobrevivente em um testemunho e lhe atribuem a conseqüente valoração. Para Riegl (1987), a noção de monumento ou o culto dos monumentos, vai do valor rememorativo intencional, passando pelo valor histórico, até o valor de antiguidade ou a compreensão intuitiva que todo e qualquer um tem das marcas da passagem do tempo. Nesta ordem, dos valores citados tem-se a evolução dos valores de rememoração no culto dos monumentos.

Silva (2000, p. 218) salienta que a noção de patrimônio, com a ideia de posse que lhe é implícita, sugere-nos imediatamente que estamos na presença de algo de valor. Valor que os seres humanos, tanto individual como socialmente, atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuída à arquitetura numa dada circunstância histórica. Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época.

Sobre a utilização da arquitetura pelo poder, Foucault (1990) nota as diferenças qualitativas de ambos ao comparar uma sociedade estruturada em relações de tipo feudal (vigente ainda até o século XVIII) com a sociedade capitalista. Analogamente as mudanças ocorridas nas formas de se exercer o poder, tem-se a utilização de um tipo diferente de organização espacial e de arquitetura. Rodrigues (2001, p. 46) observa que o poder encontra-se espacialmente representado nos mais diferentes níveis de escalas, desde o global até o local. Chama-se atenção, sobretudo a escala urbana, nível privilegiado de disposição de objetos arquitetônicos e de planos organizadores do espaço, denotadores de mudanças políticas, sociais e

econômicas importantes. Nessa perspectiva, Menezes (1984) observa que:

Ter consciência da história não é informar-se das coisas outrora acontecidas, mas perceber o universo social como algo submetido a um processo ininterrupto e direcionado de formação e reorganização. [...]

É exatamente na moldura da consciência histórica, apenas, que a identidade passa a ser o eixo de atribuições relativas a um ser que se percebe produto de forças em ação e sujeito a mutações.

Por isso mesmo, não assimila nostálgica ou submissamente um passado de coisas e eventos acontecidos, homogeneizado e desfibrado, mas instaura com ele um equilíbrio dinâmico: é um interlocutor que o interroga criticamente.

Em outras palavras: a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança.

Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro. É a memória que funciona como instrumento [...] de identidade, conservação e desenvolvimento que torna legível os acontecimentos (MENEZES, 1984, p. 34).

Elsen (1975), Alvarez (1991), Tinniswood (1998) consideram a arquitetura uma espécie de eloquência do poder, ou seja, o desejo de expressão de poder via arquitetura monumental por governantes de todos os períodos, chegando até o final do século XX, em que, mais do que os governos, são as grandes corporações empresariais as responsáveis pelas construções mais expressivas.

Le Goff (2003, p. 419) observa a memória como a faculdade humana responsável pela conservação do passado e das experiências vividas, remetendo em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou

informações passadas, ou que ele representa como passadas. Nesse sentido, Pollak (1989 e 1992) afirma que a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. O autor aponta três elementos constitutivos da memória, quais sejam: os acontecimentos vividos pessoalmente, pessoas e personagens e, por fim, os lugares. Compreende que a memória, então, se estrutura em torno desses três aspectos, com os quais o sujeito pode ter entrado em contato diretamente ou indiretamente. Nesse contexto, cabe citar Nora (1993):

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

Aprofundando, Halbwachs (2006, p. 102) distingue memória coletiva e memória individual conforme o passado é organizado sob a forma de lembrança. Se o passado for resguardado em torno de uma determinada pessoa, que vê esse passado do seu ponto de vista, trata-se de uma memória individual, interior ou pessoal. Por outro lado, se as lembranças se distribuem dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais, trata-se de uma memória exterior ou social. O autor ressalta que a memória coletiva não ultrapassa os limites do grupo e retém do passado tão somente o que ainda está vivo ou o que é capaz de viver na consciência desse grupo

Segundo Halbwachs (2006, p. 102) as duas memórias se interpenetram, uma vez que a memória individual incorpora e assimila progressivamente todas as contribuições que lhe são externas – oferecidas pela memória coletiva –, apoiando-se nesses elementos para preencher

eventuais lacunas e tornar as lembranças individuais mais exatas. Assim, a memória individual é influenciada pela coletiva, ao passo que:

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Finalizando Nora (1993, p. 15) que trata da necessidade moderna de eleger lugares onde depositar memórias, impor a certos espaços ou objetos a tarefa de capturar a memória e deixá-la ali encerrada para a qualquer momento ser despertada pelo homem. O autor destaca que a memória é registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta. Dessa forma, é a arquitetura que detêm a memória e que media a relação do homem com seu passado, como se a memória não fosse recurso suficiente para promover uma conexão direta entre presente e passado. Nora (1993, p. 12) reforça que é necessário algum meio material onde alojar a memória e as lembranças.

Considerações Finais

O passado revela um sentimento de identidade e pertencimento trazendo consciência da sociedade às pessoas através do tempo e espaço. A arquitetura do passado propicia estabilidade, haja visto, que o futuro é o destino incerto e o presente o instante fugaz. Assim, a única certeza que o ser humano possui é a verdade vivida e materializada no e do passado. Então, a preservação arquitetônica faz-se em torno da relevância cultural e/ou morfológica,

simbolizando o poder transmitido às pessoas do presente e do futuro, derivando da intenção de fazer do espaço urbano um espaço exuberante capaz de gerar emoções, reviver tradições e recapitular relações através do tempo entre o perto (presente) e o longe (passado).

A arquitetura vista como monumento não se limita somente à edificação (objeto), uma vez que ela denota uma carga simbólica e abstrata, ou seja, a sua monumentalidade, a qual tem por função trabalhar sobre o imaginário social. A arquitetura possui em si uma monumentalidade, a qual transcende, refletida na ambiência urbana por uma ideia, concepção e crença, haja visto, que os bens patrimoniais (objetos-símbolo) propiciam às pessoas a possibilidade de viajar no imaginário. Dessa forma, a força desses monumentos são ideias e imagens transpostas ao espaço e, num caminho inverso, espaço transposto às ideias e às imagens como fruto e semente do imaginário. Assim, está na arquitetura patrimonial a força do monumento e da monumentalidade, estando nos lugares e no imaginário da humanidade.

O patrimônio edificado pode ser pensado enquanto suporte do imaginário e da memória social de uma localidade, ou seja, os edifícios e áreas urbanas possuidoras de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória, de valor e poder como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar os traços arquitetônicos na formação sócio territorial. Nesse viés, a memória coletiva moldada pelo transpor do tempo não é mais de que um passeio através da história, revisitada e materializada no presente pela arquitetura, reforçando a ligação de identidade e pertencimento do ser humano em certo tempo e espaço.

Preservar os prédios antigos não é só guardar recordações dos velhos tempos, é possibilitar que outras gerações possam estudá-los, observá-los e tirar suas conclusões sobre a evolução que ali se sucedeu, além de se encantarem com suas formas e ter uma prova concreta de que

aquilo que lhes falam realmente existiu. A construção da memória social urbana implica na referência ao que não foi presenciado, onde representa processos e estruturas sociais que já se transformam.

O que seria de uma cidade sem a história de sua evolução arquitetônica? Sem as memórias daqueles que ajudaram a erguê-la? Sem os mitos e lendas que encantam e seduzem quem passa por elas? A maior parte desta história está apresentada em seus prédios, cuja suas fachadas preservam em seus diversos estilos a linha do tempo do povo que ali habita. Nesse sentido, a arquitetura vista como monumento e carregada de monumentalidade, valor e poder contribui significativamente para o transporte da memória urbana de uma geração a outra, onde tais testemunhos edificadas estão na memória coletiva constituindo uma característica peculiar de cada espaço urbano, onde somente os moradores conseguem ver esta luz e perceber a relevância de valorizar a arquitetura local.

Referências

ALVAREZ, José Mauricio. **Arquitetura monumental e vontade de potência**. Rio de Janeiro / RJ: Oficina Letras & Artes, 1991.

BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 1997

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo / SP: Perspectiva, 1983. 728 p.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre / RS, v. 11, n. 23, p. 163-175, jan. 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

ELSEN, Albert. **La arquitectura de la autoridad**. Barcelona: Cuadernos Infimos, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte / MG: Editora UFMG, 1999

LE GOFF. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi, Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v. 1, p. 95-106, 1985.

_____. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 207-233, 419-476.

MENEGUELLO, Cristina. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. **Revista Arqtextos**, São Paulo / SP, v. 03, n. 05, p. 1-3, ago. 2000.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade cultural e patrimônio arqueológico. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional - IPHAN**, Brasília / DF, p. 33-36, jan. 1984.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo / SP: Martins Fontes, 1982.

NORA, Pierre. **Entre memória e história – a problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. Revista Projeto História, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; DINIZ, Bruna Calabria; WILDNER, Gabriel da Silva. Educação e Arquitetura: reflexões relacionadas ao ato de preservar o patrimônio cultural edificado. In: Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica - CIECITEC, IV., 2017, Santo Ângelo / RS. **Anais CIECITEC...** Santo Ângelo / RS: [s.n.], 2017. p. 1-7.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

RODRIGUES, Cristiane Moreira. Cidade, Monumentalidade e Poder. **Revista Geographia**, Niterói / RJ, v. 3, n. 6, p. 42-52, dez. 2001.

SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Revista Antropológicas**, Lisboa / Portugal, v. 4, n. 4, p. 217-224, jan. 2000.

SOUZA, Valfrido Viana. Espichar e escorar: Modernização e preservação na Terra do Bode (Batalha-PI). O que fazer? In: **Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural**, 2008, UFPI, Teresina, PI.

TINNISWOOD, Adrian. **Visions of power: ambition and architecture from ancient rome to modern Paris**. Londres: Mitchell Beazley, 1998.

WIECZOREK, Daniel. **Le culte moderne des monuments - son essence et sa genèse**. Paris: Ed. du Seuil, 1984; São

METAgraphias: letra JK de JK de utopias políticas possíveis v.3 n.3 setembro 2018
monumento, monumentalidade, valor e poder • Tarcisio Dorn de Oliveira e Caryl Eduardo Jovanovich Lopes
(tarcisio_dorn@hotmail.com; arqcaryl@gmail.com)

Paulo: Instituto de Museologia de São Paulo/FESP, Revista de Museologia.